

“OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA”

Prof. Doutor. Mário Ares Sánchez¹, Prof. Doutora. Nieves Cubillas Iañez².
marioares2010@yahoo.es, ncubillas2010@gmail.com.

1. Ministério do Ensino Superior, Luanda, Angola
2. Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola

RESUMO DA COMUNICAÇÃO:

No presente trabalho, expressam-se inicialmente vários critérios da sustentabilidade do ensino superior referidos por vários autores conhecedores da problemática e faz-se uma breve análise histórica da evolução do ensino superior desde seu surgimento. Identificam-se as principais etapas de criação e desenvolvimento do mesmo, onde a principal preocupação é indubitavelmente elevar a qualidade do ensino superior de forma sustentável.

Nas conclusões do trabalho fica claro que para obter a verdadeira sustentabilidade do sistema requer-se que todos os elementos que conformam o subsistema do ensino superior trabalhem harmoniosamente. Que a qualidade do ensino superior é um elemento transcendental para alcançar a plena sustentabilidade e o verdadeiro desenvolvimento socioeconómico do país, para isso requer-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) fortes e que nos novos cenários tenham plena consciência da importância de formar adequadamente às novas gerações e quadros de nível superior profissionais e competentes com garantia de emprego e comprometidos com o país. Somente desta forma se poderá consolidar a Universidade Angolana do futuro.

Palavras-chave:

Sustentabilidade, ensino superior, qualidade, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO:

No presente trabalho, expressam-se inicialmente vários critérios da sustentabilidade do Ensino Superior referidos por vários autores conhecedores da problemática, eventos científicos, etc. Logo se faz uma breve análise histórica da evolução do Ensino Superior em Angola tendo em conta seus principais momentos do desenvolvimento. Identificam-se as principais etapas de criação e desenvolvimento do mesmo, onde a principal preocupação é indubitavelmente elevar a qualidade do ensino superior de forma sustentável no país.

As Universidades, como agentes de produção, disseminação e aplicação do conhecimento, deverão desempenhar um papel ativo na sustentabilidade e aos princípios inerentes a tal conceito. Espera-se ainda que as Instituições de Ensino Superior sejam elas próprias modelos de sustentabilidade.

Para se atingir a sustentabilidade é necessária uma mudança de mentalidades e de atitudes, a qual deve ser liderada pelo sistema de ensino superior, pois é este que prepara a maioria das pessoas que desenvolvem e gerem instituições na sociedade, tendo também um papel fundamental na criação e disseminação do conhecimento dos valores e princípios para a sociedade. A referida mudança de mentalidades e de atitudes requer uma mudança educacional a curto e a longo prazo, sendo necessário

compromisso e liderança por parte das Universidades e suas Faculdades. (Universidade de Tufts, 1995).

Qual pode ser um conceito básico reconhecido de partida sobre sustentabilidade: é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sistem esta diretamente relacionadas a o desenvolvimento económico, cultural e responsabilidade social, sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Que se deve entender por ou conceito de Instituição de Ensino Superior sustentável? Para Clugston e Calder (2000) citados por Fernandes (2000), uma Universidade sustentável é aquela que ajuda os alunos a compreender a degradação do ambiente, que os motiva no sentido de procurarem práticas ambientalmente sustentáveis e que ao mesmo tempo os sensibiliza para as atuais injustiças. Estes autores referem ainda que para uma instituição estar no caminho da sustentabilidade deve, por exemplo:

- ✓ Incluir um compromisso explícito relativamente à sustentabilidade nas declarações escritas da missão e objetivos da Instituição académica;
- ✓ Incorporar o conceito de sustentabilidade no ensino em todas as disciplinas académicas e na investigação;
- ✓ Estimular os alunos de forma a refletirem de uma forma crítica sobre os problemas;
- ✓ Incluir serviços de apoio aos alunos que garantem a qualidade do ensino;
- ✓ Incluir parcerias a nível local e global para melhorarem a sustentabilidade;
- ✓ Contar com um corpo docente estável e comprometido com sua missão nas IES;
- ✓ Trabalhar com eficiência e eficácia nas diferentes atividades do ensino superior.

Uma definição também interessante encontra-se no relatório de indicadores de sustentabilidade da Pennsylvania State University (Penn State Green Destiny Council, 2000), a qual refere que uma Faculdade ou Universidade sustentável é:

- ✓ Uma Universidade cuja perspectiva a longo prazo para continuar é boa;
- ✓ Uma Universidade cujos valores principais incluam respeito pelos processos naturais, a preocupação de viver dentro dos limites planetários, prestação de contas dos custos totais e responsabilidade cívica.

De acordo com Shriberg (2002 a), estudos de caso de “boas práticas” revelam que Faculdades ou Universidades sustentáveis são aquelas que se esforçam por integrar as questões relacionadas com a sustentabilidade nas suas funções principais do ensino, na investigação (as Faculdades e Universidades sustentáveis não focam apenas os seus esforços na investigação diretamente relacionada com a sustentabilidade, mas avaliam também as implicações da sustentabilidade em todas as outras atividades de investigação), nos serviços (as Faculdades e Universidades sustentáveis ajudam as comunidades nacionais e internacionais a assegurar um futuro saudável a nível ecológico, social e económico) e nas suas operações. Ainda segundo o mesmo autor, esta definição serve para medir a proximidade a uma instituição sustentável ideal, já que ele não conhece, nem da literatura nem da sua experiência pessoal, uma instituição que obedeça a todos estes critérios.

Mais para as instituições de ensino superior no mundo e em Angola é um desafio por alcançar.

Muitas podem ser as críticas sobre a sustentabilidade do ensino superior na República de Angola, mas não pode-se dizer que o governo e em especial o seu executivo, não lhe tenham emprestado especial atenção há vários anos a esta importante e difícil tarefa para poder integrar de forma harmoniosa e pertinente este subsistema na estratégia global de reconstrução e desenvolvimento do País (Sánchez, 2010; 2012).

DESENVOLVIMENTO:

Já cumpridos os seus 60 anos de existência, da criação em 1962 dos Estudos Gerais Universitários (EGU), podemos dizer que o Ensino Superior vinho dar resposta ao número crescente de estudantes que reclamava soluções alternativas à ida para Portugal com objetivo de conseguir uma licenciatura, o que só estava ao alcance de uma minoria, normalmente com apoios estatais, para-estatais ou das igrejas e, excecionalmente, apoios familiares. Além disso, muitos dos que se licenciavam na Metrópole ficavam definitivamente a trabalhar na Europa com as evidentes consequências para o desenvolvimento sócio-administrativo dos territórios africanos, o que se fazia de modo muito lento (Almeida, 2011).

O Ensino Superior no País há mantido uma evolução histórica definida claramente em quatro etapas.

- I. Etapa de 1962-1975
- II. Etapa de 1976-1991
- III. Etapa de 1992-2002
- IV. Etapa de 2003-2012

Se avaliamos alguns dos principais momentos do desenvolvimento histórico do Ensino Superior no País durante essas etapas, temos de assinalar desde nosso ponto de vista as datas que se refletem no seguinte quadro:

QUADRO Nº 1: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Data	Momento Histórico
1962	Criação da Universidade Portuguesa (EGU)
1968	Criação da Universidade da Luanda (UL)
1976	Criação da Universidade de Angola (UA)
1985	Criação da Universidade Agostinho Neto (UAN)
1992	Criação da Universidade Católica de Angola (UCAN)
2000	Surgimento de novas Universidades Privadas (UniPiaget, ISPRA e UMA)
2003	Nova Estrutura Orgânica do MED
2005	Nominação do Vice-Ministro para o Ensino Superior
2006	Aprovação das Linhas Mestras (LM)
2007	Nominação da SEES
2009	Criação da REDE de IES e Redimensionamento UAN
2010	Nominação do MESCT
2011	Criação de 10 IES privadas (Institutos Superiores)
2012	Criação de 23 IES privadas (Institutos Superiores)
2012	Criação do Ministério de Ensino Superior (MES)

Um dos momentos mais transcendentais da evolução do subsistema foi a criação no ano 2007 da Secretária de Estado para o Ensino Superior (SEES) como organismo independente da Administração do Estado para traçar as políticas do executivo nesta matéria. A nomeação da SEES permitiu em curto tempo de existência realizar um programa para o desenvolvimento do sector a curto e meio prazo que entre outros aspectos continha a implementação com urgência das Linhas Mestras para a melhoria da gestão do ensino superior concebidos desde o ano 2006 por uma equipa multidisciplinar de especialistas de alto nível.

Elaborou-se um plano de desenvolvimento institucional para o sector que incluía uma configuração realista do subsistema do ensino superior relativamente às necessidades em termos de sua expansão, cursos a criar, corpo docente a formar, efetivos a matricular, meios de ensino adequados para o trabalho universitário, etc., tudo com apoio nos planos de desenvolvimento institucionais de cada uma das sete (7) regiões académicas, que seriam produzidos naquele nível, tendo em conta às necessidades locais e regionais de formação de quadros, bem como as perspectivas de desenvolvimento nacional (Angola, 2009).

No ano 2010 foi criado o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia o qual teve como missão ademas de desenvolver o ensino superior também promover e desenvolver a ciência e a inovação tecnológica no país.

Com a nomeação do novo Governo no 2012, foi criado pelo executivo angolano o Ministério do Ensino Superior (MES).

O qual tem a missão de preservar, desenvolver e promover, através dos seus processos essenciais universitários num estreito vínculo com a sociedade, a cultura da humanidade, contribuindo a seu desenvolvimento sustentável. Ao Ministério do Ensino Superior corresponde-lhe propor e formular, a condução, a execução e o controle da política do executivo nos domínios do Subsistema do Ensino Superior.

Esta afirmação anterior ilustra-se perfeitamente na seguinte figura:

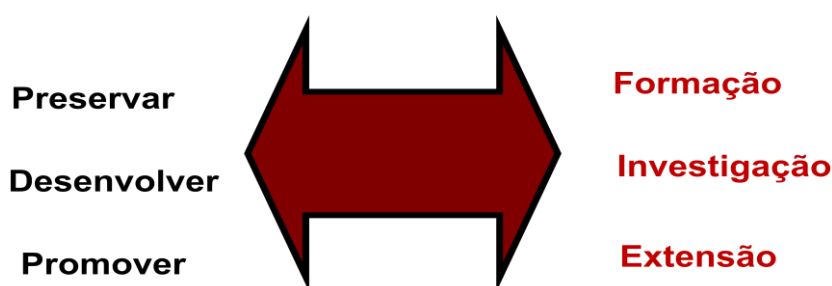


Figura 1. Processo de criação da missão

O cumprimento desta missão pressupõe a coordenação harmoniosa de todas as Instituições de Ensino Superior respeitando, obviamente, os diferentes regimes de autonomia, conferidos pela lei às Instituições de ensino que o integram. Dentro das principais atribuições do MES encontram-se: desenvolvimento, competitividade, modernização, qualidade e avaliação.

Se partimos da análise que fazem alguns autores sobre o conceito de sustentabilidade,

vamos comprovar que este encontra-se associado ao desenvolvimento, subsequente do crescimento económico, supõe o atendimento das necessidades das gerações atuais sem comprometer o das gerações futuras, então fala-se de três pilares integrados numa relação sistémica que sustenta o desenvolvimento, Tamo (2007).

- a) O Económico;
- b) O Social;
- c) O Ecológico.

O carácter económico representa a base material e logística do sistema e sua otimização em termos de preservação e redução de gastos nos permite entrar em contacto com a variável ecológica, muito relacionada com o meio ambiente e sua preservação.

Em nosso caso fazemos uma análise do componente social que aborda o desenvolvimento humano e todas suas relações com o meio ambiente que o rodeia. Os sistemas sociais são muito mais complexos pela quantidade de variáveis de entrada e saída do sistema que possui.

Segundo as Nações Unidas esta é a década da educação para o desenvolvimento sustentável e expõe um programa para o período do 2005-2014, “Enfatizando que a Educação é o elemento indispensável para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2005).

Em seu artigo, “*O desenvolvimento sustentável e a educação: Possíveis diálogos*”, Gomes (2007) faz uma referência a importantes elementos sobre a qualidade relacionada com os valores que devem-se promover para melhorar os sistemas educativos e expõe a conceção de programas de aprendizagem do desenvolvimento sustentável.

Para as condições do ensino superior na República de Angola a nosso julgamento se poderá alcançar um grau de sustentabilidade do subsistema, se cumprir de forma sistémica e harmoniosa três preceitos que expomos a seguir:

- 1) Cumprimento das orientações superiores do executivo em matéria de políticas e metas a curto e meio prazo;
- 2) Atender adequadamente as expectativas das populações, em especial a dos estudantes e professores;
- 3) Alcançar elevados níveis de qualidade dos serviços emprestados nas IES;

Com relação às **Políticas** basta assinalar o exposto pelo Presidente da República sua Excelência, José Eduardo Dos Santos, no ato de posse do anterior governo quando dizia e cito:

[...] Devemos fazer uma avaliação da execução dos programas de reforma do sistema Educativo e do sistema de Ensino Superior, para detectar as insuficiências e corrigi-lhas e definir os instrumentos para a materialização das orientações emanadas do programa de governo aprovado pelos eleitores, com vista a melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho dos docentes e a gestão dos estabelecimentos de ensino em todos os níveis....

Com estas palavras do Presidente da República de Angola, associam-se três ideias

essenciais para desenvolver e obter a sustentabilidade do subsistema do ensino superior.

“...devemos melhorar significativamente a qualidade do ensino...”

“...devemos melhorar a integração do ensino superior na estratégia global de reconstrução e desenvolvimento do País...”

“...é necessário associar a formação cívica, moral e patriótica com a formação acadêmica e técnico-profissional...”

Com relação às **Metas** principais que foram expostas pelo executivo temos que significar as seguintes:

“...é necessário triplicar os efetivos escolares atuais no ensino superior, até o ano 2012

“...devemos implantar pelo menos uma Instituição de Ensino Superior em cada província durante o quadriênio...”

É importante assinalar que até a data, estas duas grandes metas expostas pelo executivo, foram cumpridas e também são um reflexo em alguns indicadores que se recolhem em diferentes partes do presente trabalho.

Com relação ao segundo preceito de atender as Expectativas das populações, em especial aos estudantes e docentes temos que dizer que falta ainda muito por fazer neste sentido principalmente pela carência de recursos humanos, materiais e financeiros que não puderam ser entregues em toda sua totalidade a nossa organização. Trata-se no caso:

A. Das Populações em Geral;

- Adequadas estruturas acadêmicas;
- Variedade na oferta de cursos e especialidades;
- Adequação da formação às exigências do mercado;

B. Dos Estudantes;

- Mais Vagas para o ensino superior;
- Bons professores;
- Obtenção de material bibliográfico com qualidade;
- Mais apoios para as atividades sociais;

C. Dos Docentes;

- Melhores condições de trabalho;
- Adequadas infraestruturas para a docência;
- Apoio para a Investigação e a pós-graduação;
- Convocatória para concursos públicos;

Com relação ao terceiro preceito relacionado alcançando elevados níveis de qualidade devemos partir do desenvolvimento e cumprimento dos quatro eixos de ação concebidos para a transformação e consolidação do subsistema do ensino superior. Esses se vieram cumprindo e desenvolvendo em diferentes estádios. Os principais eixos de ação são:

- 1) Consolidação da visão e da estratégia privilegiando o subsistema de ensino superior;

- 2) Reforço da base jurídica-institucional;
- 3) Alcançar uma melhoria dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- 4) Promoção da atividade académica e pedagógica.

Estes eixos de ação vieram-se executando em diferentes etapas com diferentes graus de desenvolvimento. Na figura que a seguir apresentamos se faz pelos autores uma ilustração do sentido lógico da evolução de todos os processos que participam do desenvolvimento e formação do ensino superior.

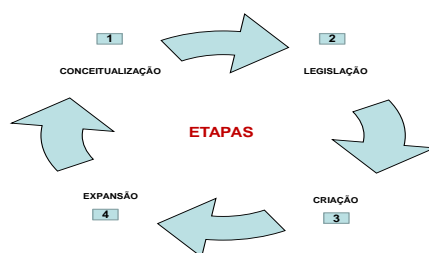


Figura 2. Etapas do processo de desenvolvimento das IES.

Fazendo uma breve análise destes quatro processos e sua implementação no cenário Angolano é necessário expressar que todo o processo de conceptualização vem-se desenvolvendo da própria criação em 1962 dos Estudos Gerais Universitários (EGU) pela Universidade Portuguesa, mas um dos pontos culminantes alcançam-se com a elaboração no ano 2006 das Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema e continuou evoluindo de forma eclética até os momentos atuais e sempre existirão novos e interessantes contribuições a partir das experiências e dos estudos de prova e erro (Angola, 2006).

O processo de criação da base jurídica-institucional foi o mais afetado como resultado da revisão do quadro legal vigente para o subsistema e a necessidade de produzir novos diplomas legais porque a legislação vigente até recentemente tempo era omissa quanto a vários fenómenos que foram surgindo neste subsistema como parte das mudanças e transformações que vieram-se executando no País, o anteriormente exposto não permitiu acelerar o processo de criação de toda a legislação que se requer com urgência para impulsionar e ordenar o subsistema.

Caminhando com maior firmeza para alcançar a sustentabilidade do sistema e do desenvolvimento institucional, desde o ano 2009 criaram-se número significativo de IES públicas em todo o País como resultado da aprovação do decreto presidencial N°07/09, de 12 do Maio, que estabelece a reorganização da rede de IES, a criação de novas instituições e o redimensionamento da UAN. Contribuiu com esse processo também a aprovação pelo executivo do decreto presidencial N°5/09, de 7 de Abril, que cria as sete (7) regiões académicas em todo o País.

O processo de expansão está muito ligado à criação de novas instituições e a novos cursos e programas em IES públicas e privadas, este momento da evolução do subsistema a nosso modo de ver se adiantou a outros processos o que trouxe algumas consequências negativas para o desenvolvimento do subsistema, principalmente na ordem jurídica-institucional.

Na atualidade já foram passados em três decretos que regulam de forma explícita a

formação de Graduação, Pós-graduação e a Criação de Novas IES.

Um dos aspetos transcendentais para obter o funcionamento harmónico e sustentável do subsistema do ensino superior, constitui-o a necessidade de formar os recursos humanos próprios do sector, para com estes poder atender eficientemente a formação das novas gerações nas IES, na medida que possamos cumprir com este princípio, aproximarmos mais a um grau superior sustentabilidade do sistema. Por esta razão e outras, desde ano 2009 foi elaborado um plano de necessidades de recursos humanos do sector para o período 2009-2013 que implica também a atribuição pelo governo de vagas para os novos quadros formados fora e dentro do País. Para obter este empenho realizaram várias ações entre elas, a assinatura de acordos de cooperação com vários países entre os que se encontra a República de Cuba.

CONCLUSÕES:

- ❖ Vem-se trabalhando com grande interesse por desenvolver os recursos humanos do sector, fator decisivo para obter a sustentabilidade do subsistema, mas ainda os resultados são discretos, pois não aprecia-se uma política agressiva por parte das IES neste sentido.
- ❖ Para obter a verdadeira sustentabilidade do sistema requer-se que todos os elementos que conformam o subsistema do Ensino Superior trabalhem harmoniosamente e com um enfoque holístico. Isto ira-se obtendo paulatinamente na medida que preparemos os nossos gestores neste preceito.
- ❖ A qualidade é um elemento transcendental nos caminhos do País para alcançar a plena sustentabilidade e o verdadeiro desenvolvimento institucional, para isso requer-se que todas as IES nos novos cenários tenham plena consciência da importância de formar adequadamente às novas gerações. Somente desta forma pudera-se consolidar a Universidade Angolana o mesmo público que privada.
- ❖ Nos momentos atuais contar com um subsistema de ensino superior sustentável implica continuar trabalhando intensamente nas principais prioridades estratégicas, como são:
 1. A formação de docentes;
 2. Consolidação da base jurídica-institucional;
 3. Desenvolvimento de infraestruturas em especial, laboratórios e bibliotecas;
 4. Adquirir pelas diferentes vias a literatura docente e meios de ensino;
 5. Implementar novos e modernos sistemas de gestão que permitam a otimização de todos os recursos;
 6. Trabalhar com eficiência e eficácia em cada atividade que realizamos;
 7. Aproveitar ao máximo os recursos existentes nas IES e no entorno universitário através de acordos de cooperação com as empresas e os Governos Provinciais;
 8. Implementar a avaliação institucional como elemento fundamental da cultura organizacional do subsistema do Ensino Superior.

Consideramos, como conclusão geral do trabalho apresentado, que caminharemos mais rápido para a sustentabilidade do subsistema, na medida que sejamos proactivos à mudança, que enfrentemos os problemas com inteligência e a óptica de cada região e localidade e com o pensamento da autogestão e a geração de nossos próprios recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida de, O. (2011). “O papel do Ministério da ciência e tecnologia na coordenação da política de investigação científica e tecnológica em Angola”. Projeto de Tese para obtenção do grau de mestre em ciências da educação com especialização em administração educacional. Universidade de Évora, Portugal, Julho 2010. Pág.28.
- Angola. (2006). Secretaria de Estado de Ensino Superior *Plano de Implementação das Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema do Ensino Superior*. Luanda, 15 Dezembro de 2006.
- Angola (2009). *Decreto Presidencial nº 5/09, Cria as Regiões Académicas*. Diário da República, 7 de Abril de 2009.
- _____ (2009b). *Decreto Presidencial nº7/09, Reorganização da Rede de IES Públicas, a Criação de Novas IES e o Redimensionamento da UAN*. Diário da República, 12 de Maio de 2009.
- Ares, M.. (2010) “*O Ensino Superior por um Desenvolvimento Sustentável*”, Conferência Científica, Soluções do presente que não comprometam as gerações do futuro. Universidade Óscar Ribas. Luanda, 27-28 Outubro, 2010.
- Ares, M. (2012 a). “*O Ensino Superior pelos caminhos da sustentabilidade e o desenvolvimento institucional na República de Angola*”. 8vo. Congreso Universidad, 2012. Habana, Cuba.
- Fernandes Damião, Ana Carla. (2000). *Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Gomes J.M. (2007) “*Desenvolvimento Sustentável e Educação: possíveis diálogos*” Cabinda Universitária Nº 01 Abril-junho/2007.pag 19.UAN,Cabinda.
- ONU (2005). *Resolução da Assembleia Geral das nações unidas A/RES/57/24, de 21 de Fevereiro de 2003*.UNESCO (s.l.).
- Pennsylvania State University. (2000). “*Penn State Indicators Report 2000, Steps Toward a Sustainable University*”. Disponível em:
http://www.bio.psu.edu/greendestiny/publications/gdc-indicators_2000.pdf. Acedido em Setembro de 2008.
- Shriberg, M. (2002a). “*Sustainability in U.S. Higher Education: Organizational Factors Influencing Campus Environmental Performance and Leadership*”, Tese de Mestrado, Universidade de Michigan.
- Tamo, K. (2007) “*Eixos para uma investigação em desenvolvimento sustentável nas organizações*”. Cabinda Universitária nº01 Abril-junho/2007.pag 10- 11.UAN, Cabinda.
- Tufts University. (1995). “*Workshop on the Principles of Sustainability in Higher Education*”. Center for Environmental Management The Essex, Report: Essex, Massachusetts (Fevereiro, 1995).. Disponível em
http://www.secondnature.org/history/writings/articles/essex_report.htm. Acedido em Novembro de 2007.